

Tema: Você é de onde?

Sónia André¹ 

MINEDH/Moçambique e Universidade Federal do Pará

Dossiê | Dossier | Dossier

DOI do artigo: 10.22481/odeere.v7i1.10429

RESUMO

Estes apontamentos são resultado de reflexões sobre experiências vividas por mim e minha filhas, após 14 anos nas terras brasileiras, refletidas na música de Renato Braz. Há muito por falar sobre as marcas tatuadas em nossas peles, memórias, olhos, cheiros, toques, no entanto, tentarei narrar algumas que nos marcaram e marcam como corpo que não pertence a este lugar. Experiências divididas com ela que chagara ao Brasil com apenas 6 meses de vida, onde a todo o momento tínhamos e temos que responder à pergunta: De onde vocês são? Apesar de narradas nas "primeiras pessoas", trazem, também, à tona o que muitas e muitos de países africanos, de pele escura, vivenciam enquanto não brasileiras/os, carimbadas/os na pele e nos sotaques do não "Norte Global". Salientar que são apontamentos sobre nossas experiências, enquanto estrangeiras não europeias e não norte americanas.

Palavras chave: Experiências; Estrangeiras.

THEME: Where are you from?

ABSTRACT

These notes are the result of reflections on experiences lived by me and my daughters, after 14 years in Brazilian lands, reflected in the music of Renato Braz. There's a lot to talk about the marks tattooed on our skins, memories, eyes, smells, touches, however, I will try to narrate some that have marked and mark us as a body that does not belong here. Experiences shared with her that arrived in Brazil with only 6 months of life, where at all times we had and we have to answer the question: Where are you from? Although narrated in the "first people", they also bring to light what many, many African countries, dark-skinned, they experience it while they are not Brazilian, stamped on their skin and in the accents of the non-"Global North". Emphasize that these are notes about our experiences, as non-European and non-North American foreigners.

Keywords: Experience; Foreign

Uta n'guhani?

INKATXACANHO

Ayi mibalo mihanzo ya ku alakanha ka ti hinga hanyisa tona ani ni mwanana wangu, insana nigumi dah malembe ni muni, ka matiku ya Brasil, ma tikombisaku ka ndandu ya Renato Braz. Kuni tatingui to wombawomba ngu mahungu manga balwa ka nyama, mipimiso, maso, kambe ninazama ku lhautela a ya manga tikombisa to midih wova wusilumbi makhalo ayawa. Mahanyelo ayawa ni nga hanyisana ni nene, anga kanda mafu ya Brasil adihni mutxanu wa mitxima ni wumweu, himanekaku hitxi xamula, wotse m'kama, loko vatxiho wotisa: muva hani? Hambu to tiwombwa ku mahanyelo ya m'thu wam'eyeo, tiwomba n'gu ti vavangui, vamatiku ya afrika, vatxikhumba txa m'tima ni va tidihmi isinga ta valungu, vati hanyaku. Sibalo sa mahanyela sa m'thu wova isinga matikoni ya valungu.

Mapswo yo tula: Mahanyelo; Wamatiko

Submetido em: 09/03/2022 | Aceito em: 15/04/2022

No Brasil, sei, soube (descobri ou o racismo
gritou/vociferou)
que tenho cor, que sou "negra"
e senti o que é ser "negra".
Em casa sei que sou negra,
cidadã, pessoa, gente, ser humano.

Sónia André

¹ E-mail: soniatriz.musica@gmail.com

Introdução

Os lugares que as/os sujeitas/os se enunciam, dizem quem elas/es são, onde estão e de onde vêm e se fazem. Por isso, antes de adentrar no que se propõe com o narrado neste texto, gostaria de falar para a/o querida/o leitor/a que os lugares de fala, existência e resistência são fundamentais para nossas caminhadas, em espaços em que precisamos descolonizar olhares corpos, escritas, na tentativa de validar outros construtos e epistemes. Aqui, teremos escritos narrados na primeira pessoa, frutos de vivências, experiências de uma pessoa do não Norte Global e que carrega consigo outras formas de fazer ciências.

Por esse viés, peço licença à todas as normas acadêmicas, que engessam e embrutecem o meu ser, e demais corpos periféricos que gritam visibilidades, que não permitem trazer escritos tatuados na pele, cabelos, biotipos e almas que transitam por territórios da/o “Outra/o diferente”, ao trazer o resumo do texto não apenas nas línguas do invasor/forasteiro/colonizador, mas também na minha língua materna, cicopi², a língua do afeto. Narrações que nossos corpos vivenciaram, como sujeitos de lá. E com esse ser de lá, nos encontramos na música Acqua Marcia, de Renato Braz que diz:

“Em todo lugar sou estrangeira,
menos na minha casa.
E mesmo na minha casa,
nenhum habitante sabe,
que o gosto justo da água,
é aquele daquela água,
que em minha terra se bebe.”

Este entendimento de “saber e sentir” que temos cor, que somos da “África”, que nossos corpos não pertencem a este espaço, mas a um outro território, o de lá, nos foi colocado, eu e minha filha, assim que atravessamos o Atlântico, não mais em navios negreiros, como muitas/os bem sabem, mas em busca de uma parceria de irmandade, guiadas pelas nossas ancestralidades e conhecimentos. Ancestralidades que desembarcaram nestas terras, Terras de Zumbi, da tia Marcelina, Acotirene, Dandara. Terra da Lea Garcia, Chica Xavier, Abdias Nascimento, Ruth de Souza, Gilberto Gil. Terra do Olodum, Maracatu, Coco de

² Grupo étnico cicopi, localizada geograficamente nas províncias de Gaza e Inhambane em Moçambique. Hoje é possível encontrar falantes do cicopi em diversas regiões, especialmente em Maputo.

roda, Tambor de mina, Carimbó. Enfim, terra de minhas ancestralidades também, mas que me são negadas pelo tom mais escuro da minha pele.

Sou mulher, mãe, negra e estrangeira africana, pois meu país mal é conhecido por aqui. Todas/os de melanina mais escura, somos africanas/os, ou cubanas/os, ou haitianas/os. Assim soube quando aqui cheguei. Sou estrangeira do sul global. Que me descobri ser negra ao aqui desembarcar. Única no mundo que para dar vida, derrama sangue. Ao me enunciar deste meu lugar de pertencimento pretendo anunciar meu lugar de fala, de escuta e (r)existência, mesmo quando a paciência se esgota ao ser perguntada a cada instante: “De onde nós viemos? De onde eu venho?”.

Em 2007, eu, recém-chegada, marinheira de primeira viagem, única moçambicana no Estado de Alagoas, eis que a saudade do meu povo se aflora e sozinha me sentia sem norte, mas firme e forte, pois as/os minhas/meus ancestrais sempre estiveram e estão comigo, conosco. A ela reverencio, pois faz parte de nossas entranhas. Quando falo de minhas/nossas ancestralidades e divindades, me refiro a todos nossos que partiram do plano visível para o invisível. Eles, quando desencarnam, fazem parte de uma gama de energias a qual devemos recorrer para proteção, força e sustento. Nossos mortos fazem parte de nós e caminham conosco (para quem acredita nesta forma de espiritualidade e religiosidade). São elas e eles que nos deram força e coragem para enfrentarmos as peripécias da vida encontradas nas terras brasileiras, que vos convido a embarcarmos nestes depoimentos em “primeiras pessoas”.

Numa das tardes da semana, de um dia comum, minha filha, começando a dar os primeiros passos dos seus oito meses de vida, assim como outras mães, sai do apartamento para deixá-la brincar com outras crianças, no pátio do prédio em que morávamos, na companhia de suas mães. Com ainda o pisar titubeante de seus passos, típica de uma criança de 8 meses, minha filha veio ao meu encontro e disse: Água, mamãe, água! Saí e fui buscar a mamadeira (beberão para a comunidade moçambicana) com água, deixando-a na esperança de que as mães que estavam no pátio pudessem prestar atenção, mesmo sem que eu tenha pedido. Assim é nossa convivência nas múltiplas Áfricas que me viram nascer. Assim é que as mulheres dos meus vilarejos me ensinaram: é responsabilidade de toda a comunidade educar uma criança, prestar atenção no outro, pois assim estar-se-ia a educar uma sociedade inteira.

Ao regressar do apartamento com a água, vi a menina caída, de rosto para baixo e os meninos pisoteando-a e dizendo: “toma sua neguinha, volta para sua terra, volta! Volta para África!”. As palavras sempre acompanhadas de pisadas nas costas dela, que estava caída sem proteção e indefesa! Não me restou mais nada se não, no meu instinto de mãe, que faria para qualquer criança, pegá-la e sair do pátio. Muitas das vezes o silêncio é a melhor resposta que podemos dar.

Sem proferir uma palavra sequer, coloquei a menina às costas (forma moçambicana e de outros países africanos de carregar crianças) e segui para dentro do apartamento em que morávamos. Não mais a deixava só no pátio. Como minha rotina era de estudos, trancava a porta e abria a janela para que ela brincasse com os gatinhos e pássaros que sempre apareciam do lado da nossa janela. Isso quando não podia brincar com ela, devidos às tarefas da casa e da faculdade.

Ganhando amizade dos bichos que brincava com eles pela janela, que viraram mais uma companhia, para além da mãe, eis que aparecem umas crianças do prédio, com um balde cheio de areia e jogaram no rosto dela. A areia encheu seus olhos, boca, nariz e se espalhou pela casa adentro. Um dos pais estava no pátio lavando um carro. Viu a cena e nada fez. Entendi, naquele momento que talvez fosse mais uma das formas de nos dizerem que não devemos estar naquele espaço. Horas depois apareceu uma das mães, pediu desculpas e se colocou à disposição para varrer a casa, da qual ainda não havia tirado a prova do crime. Na verdade, estava contemplando a areia e a procurar entender o que nós fizemos para merecer tamanha crueldade. Eu respondi que não precisava.

Levando a vida na (r)existência, mesmo com pedras e espinhos por tirar a cada amanhecer e a cada caminhada, seguimos. Num domingo, minha filha, já com 8 anos de idade, estava brincando na companhia de duas crianças brasileiras do prédio. A brincadeira foi de pintura em papel. A arte que construíram, inocentemente, transferiram para a parede da área comum do prédio onde moramos. Nesse instante, a mãe de uma menina, amiga de minha filha convidou-a para almoçar com sua família. Autorizei-a. Lá se foram e eu continuei fazendo os deveres de casa e de estudante.

Depois de horas, saí para arrumar a “bagunça” que haviam deixado. Foi quando me deparei com a “obra artística” feita por elas. Esperei que voltassem do almoço para que chamasse atenção e que juntas pudéssemos limpar e refletir

sobre o que elas haviam feito.

Sem saber que elas já haviam chegado do passeio, a síndica do prédio, que viu a pintura e não me abordara, como mãe de uma delas, percebeu a chegada das crianças e chamou a minha para procurar saber o porquê de terem pintado aquele pedaço, de 30cm, da parede do prédio. Isso mostra que notou a pintura, não me comunicou e focou de tocaia para chamar a minha filha e atormentá-la. Segundo ela, minha filha, a síndica estava tirando satisfação do porquê terem pintado a parede. A minha filha respondeu que estavam protestando pela retirada do sofá onde brincavam.

O tal sofá que se refere ficava num recuo da área comum, do lado da porta do apartamento em que morávamos, e foi objeto falado por parte síndica. Segundo ela, aquele sofá atraía baratas, ratos e demais animais indesejáveis para um prédio. No prédio, cada morador/a tinha seus objetos em seus espaços e até animais que sujavam o prédio todo, sem que os donos limpassem as fezes ou urina destes. Eu não havia retirado o sofá, pois havia visto que ele tinha alguma utilidade para as crianças do prédio. Não apenas para a minha. Todas iam até ele como lugar de encontro e diversão. Faziam de tudo que suas imaginações, enquanto crianças, permitiam (cama, mesa, banco, pula-pula). Motivo pelo qual não coloquei à disposição dos recolhedores e recicladores de lixo. Até que um dia, passara um dos recolhedores, perguntei se queria. Este ficou feliz, que não mais recolheu lixo. Correu para casa para mostrar à família o que havia conseguido ao longo de seu trabalho. O Sofá teve seu novo lar e sua nova utilidade.

A justificativa da síndica, para a retirada do sofá, foi a que não se devia manter coisas nas áreas comuns. O que achei estranho, pois quase todos os moradores tinham algum objeto em sua área, como supracitado: plantas, pratos de comidas de animais, materiais de construção, motos, bicicletas, motos, entre outros.

Enfim, após a resposta de minha filha, de que estavam protestando pela retirada do sofá que a senhora "obrigara", dirigiu-se a ela de forma grosseira e bem alto, cuja voz foi escutada por várias/os moradoras/es, dizendo: **"Por que não vai fazer isso no seu país?"**. Uma pessoa amiga estava dentro do apartamento e com a porta aberta, uma vez que eu havia ido ao supermercado próximo de casa e, que a menina poderia chegar a qualquer momento. Em algum instante, este, ouviu na íntegra a fala da síndica, dirigida à minha filha, a única estrangeira e negra do

prédio, embora outras crianças brasileiras tivessem praticado o mesmo ato de pintar na parede. Uma brincadeira coletiva.

Esta pessoa, que estava dentro do apartamento, foi procurar saber o que havia acontecido com a criança, pois para ter proferido tais palavras só poderiam ser para ela, uma vez que é a única criança estrangeira, africana/moçambicana e negra. A síndica e a filha dela, que estava naquele momento, agressivas e arrogantes, não demonstraram qualquer constrangimento pelo que pensavam e falavam, inflamando a discussão aos gritos. Para elas não viram nenhum crime, humilhação, negação de nossos corpos naquele espaço.

Informadas de que a atitude delas se tratava de racismo e xenofobia, uma das espécies dos crimes de ódio, mantiveram seus posicionamentos de negação de nossas existências naqueles espaços. A síndica disse que não sabia que não podia dizer isso, mas não voltou atrás, nem pediu desculpas. A filha, professora de Português, perguntou o que era xenofobia. Enfim.

Um outro filho, que estava no apartamento, viu a gravidade do acontecido, aconselhou à mãe para que pedisse desculpas. Esta recusou-se mais uma vez, bem como a filha, afirmando que tinham quatro advogados e ameaçaram chamar a polícia. Naquele momento chegou ao prédio um outro filho, já visivelmente alterado, visando a proteger sua mãe e a nos intimidar. Pela forma que se dirigiu a nós, foi sinal de que alguém teria ligado ou mandando mensagem telefônica sobre o que estava acontecendo, e o mesmo se fez presente para defender a mãe ou a família. De cabeças erguidas afastamo-nos do local e fomos de volta ao apartamento, guiadas e protegidas por nossas ancestralidades, que nos deram sabedoria para que entendêssemos que era a hora de nos retirar e fechar a cortina na hora certa. De que nossos corpos estão marcados e condenados pela nossa cor de pele, pelo local de nossas origens, pela nossa historicidade, pela nossa religiosidade e por isso não merecem estar em determinados espaços.

Horas depois, o filho mais sensato, porém não muito diferente deles, que já havia intercedido para apaziguar, foi bater à nossa porta, junto com a mãe, pedindo desculpas pela progenitora e pela irmã. Abri a porta para que entrassem no apartamento, pois assim fomos ensinados, que quando alguém bate em sua porta é para ser acolhida e ouvida. E essa acolhida não é na porta da casa, mas dentro de sua “casa” para que nossas ancestralidades façam parte dos diálogos. Assim sendo, convidei-os para dentro de casa, puxei uma cadeira para se

acomodarem e dar meus ouvidos. A mãe, já acomodada para ser escutada, limitou-se a dizer: Nossa! Casa limpa e organizada e organizada. Ou seja, o fato de ser negra, preta, deveria estar com as coisas imundas e fora do lugar. Perdeu a oportunidade de ficar calada. Naquele momento, retorqui: minhas ancestralidades negras ensinaram-nos que ser preta e “pobre” não é sinônimo de imundice. Saliento que, ao mencionar o termo “pobre” me refiro aos termos que a branquitude e o ocidente nos colocam.

As peripécias do que estas terras nos oferecem, enquanto discurso de exclusão ou separação não terminam por aí. Minha filha, tendo a Taís Araújo e Lázaro Ramos como alguns de seus exemplos/referências, depois de ter assistido assiduamente a novela “Cheias de Charme”, onde a atriz se chamava Maria da Penha, em homenagem ao Personagem, eis que deseja fazer aulas de modelagem. Fomos procurar uma agência para o efeito. No meio de um mundo todo branco e de pessoas magras, ensinei a ela que ser modelo é ser exemplo. Que ela fosse exemplo em tudo que fosse fazer. E que fizesse da melhor forma possível. Que ela mostrasse que veio do lado de lá do índico, terra de Rainhas e Reis, de muita ancestralidade, de outras formas de ser e estar. Que ela erguesse a cabeça e desfilasse toda a beleza, sobretudo, a interior, pois é isso que conta para nossa caminhada nesta terra.

Contudo, não foi fácil, pois enfrentara colegas que diziam para ela não comer. E eu como mãe que ficava até o final das aulas, a cada intervalo, dava um lanche para se alimentar. Pela educação da partilha que carregamos, colocava-se a dividir com algumas colegas de turma. Entretanto, não foi bem vista, pois as mães destas queriam que as filhas tivessem corpos magros (que chamo de desnutridos), pois ser magro não é sinônimo de saúde.

No final do curso foi organizada uma atividade pública, onde todas desfilariam em um *shopping*. Cada participante levou sua torcida (família, amigos). A minha não tinha “torcida organizada”, senão a mãe apenas. A cada entrada das/os participantes ao palco eram aplausos. Aplausos estes que sessavam quando a minha filha entrava na passarela. Foi assim até o fim do desfile, que durara umas 4 horas ou mais. Quando apercebi que não aplaudiam a entrada dela, parei de fotografar, pois estava com a tarefa de registrar tudo, e comecei a aplaudi-la a cada entrada. Eram aplausos abafados pelo *shopping*, que era maior, mas, e, sobretudo, pela branquitude que naquele espaço se fazia. *Shopping* é um

espaço branco ou embranquecido. As famílias que lá estavam eram brancas ou embranquecidas, ou, até mesmo, de seres sem alma, inanimados e sem coração. Quem sabe sem olhos ou que vedaram seus olhos para aquela pele escura de uma criança que espalhara sua beleza naquele palanque. Talvez. Fica apenas a memória e a reflexão.

Ela sentiu a força do silêncio e a certeza de que só podia contar com a mãe. Soube enfrentar o público que não a aplaudiu, dando passos e giros necessários, típico de quem aprendeu o que foi ensinado nas aulas. Chegando à casa, foi para o banho. Demorou na casa-de-banho³. Ao sair, foi-se aos prantos e me perguntou: mãe, será que fui ruim no desfile? Eu: não, você foi a que mais se destacou. Ela: não é verdade. O que fazia com que as pessoas parassem de aplaudir quando eu entrava para desfilar? Restou-me abraçá-la. Foi um silêncio dolorido que desaparecia assim que ela se escondia no camarim e entrava a menina branca. Não sei o que foi mais doloroso: se o silêncio que se fazia na entrada da minha ou se o barulho dos aplausos e apitos dos brancos. Éh! Estamos fora de casa. Estamos no Brasil.

Eu, no meu papel de mãe e educadora, tive que dizer que o que fazia com que as pessoas ficassem sem voz e olhos, era o brilho de sua beleza natural, a qual carregava toda sua ancestralidade junta. Isso ofuscou a todas e todos. “Levante a cabeça, princesa, se não sua coroa cai”. Na mesma noite do sucedido escrevi para Lázaro e Taís, contando o que acontecera. No dia seguinte, ele respondeu e mostrei para ela a resposta do Lázaro, que ficou feliz pela mensagem inesperada. Meses depois, a peça “Topo da Montanha”, estrelada pela Taís Araújo e Lázaro Ramos fora exibido em Maceió, onde morávamos. No primeiro anúncio da TV, sobre a peça, fomos correndo para comprar os ingressos. Fomos as primeiras a adquirir os ingressos e escolhemos a terceira fila do Teatro Deodoro. Fila esta que permitiu que o Lázaro a visse. No fim da peça fez uma referência a ela e às pouquíssimas crianças que lá se faziam, além disso falou da importância do teatro na vida das pessoas, em particular das crianças. Que elas devem ter acesso ao teatro como uma linguagem de cultura, conhecimento e formação humana. O sorriso dela cresceu pela homenagem e pela foto que depois tirou com o casal.

Esses são alguns de vários exemplos que poderia juntar aos do dia em que

³ Banheiro

um amigo meu, da Guiné-Bissau passou, quando seguia para fora de Maceió. No carro em que se encontrava estava com amigos de alguns países africanos e um brasileiro. Pelo caminho encontraram uma blitz, que fez vistoria do carro e a revista dos ocupantes do carro. Todos os não brasileiros, de pele escura, foram encostados, de mãos levantadas e sendo revistados até suas partes íntimas. Ao brasileiro, apenas lhe foi perguntado: e aí cara, está tudo bem com você? Ou por exemplo, ao nos perguntarem, todos os dias: nossa você fala português? Nesta pergunta, respondo de imediato que meu país e outros países falantes do português do continente africano, falaram primeiro a língua de Camões, antes do Brasil (Moçambique, por exemplo teve contato com os portugueses em 1498⁴ e o Brasil em 1500⁵).

E as perguntas se seguem: De onde você vem? Você é africana? Cubana? Haitiana? Como chegou ao Brasil? Vocês sofrem muito, nem? Passam fome? Nossa, meu sonho é estar perto e abraçar um leão. Quantos dias de ônibus para chegar ao Brasil? Você veio de trem? Vocês têm elefantes nos vossos quintais? Vocês sofrem muito lá, nem? Nossa! Vocês têm prédios? Podemos adotar sua filha? Assim você não se preocupa com alimentação e escola dela porque vocês passam mal no vosso país.

As falas diretas para minha filha eram: que linda. Nem tem ramela, está bem limpinha. Thandy, como são as casas de sua aldeia? Fale para sua mãe alisar seu cabelo. Não aceite que seu cabelo seja igual ao de sua mãe (meu cabelo está em *dred*). Alguns/algumas brasileiras/os que encontrava no avião Guarulhos – Johanburg (GRU – (JHB), ao desembarcarem num dos maiores aeroportos do mundo (JHB) dizem: nem parece estamos em África. A estas admirações e “questionamentos” constantes sobre de onde ela vem não é apenas um exercício de curiosidade ou interesse, mas também exercício que confirma fantasias dominantes sobre “raça” e territorialidade”, (QUILOMBA, p. 111), onde os imaginários de aceitação de certos corpos dependem de espaços e peles específicas e fronteiras geo-sociais específicas.

O exercício permanente de tentarmos nos manter erguidas, mesmo quando não dá mais, está marcado em nossos corpos e almas. Corpos estes que não

⁴<https://www.colonialvoyage.com/pt-pt/portugues-em-mocambique-historia-situacao-e-politica-linguisticas/>

⁵ <https://docs.ufpr.br/~coorhis/susane/ChegouPortugues.html>

somente são negados e renegados pelo seu deslocamento geográfico, geo-ancestral, geo-divino, geo-popolítico, mas pelo seu biotipo. Quantas vezes tive que escutar de homens e mulheres heteronormativos/as que nós africanas temos bundas grandes. Que somos avantajadas. Que despertamos desejos. Quantas vezes minha filha teve que dizer “não” às coleguinhas da escola ao ser perguntada se ela usava “bundex”. Sentindo nossos corpos sendo coisificados e objetificados sexualmente.

A este comportamento nos faz perceber que o que se fizera com a sul africana Sarah Baartman, em 1810, com seu corpo sendo objetificados, coisificado, animalizado. Sendo “uma das principais atrações de *freak shows*”⁶, (SCHILD, 2011), em círculos de Londres e Paris. Ou seja, a retirada de humanidade de Baartman continua presente no imaginário ocidental ou ocidentalizado de muitas e muitos, em pleno sex XXI, nestas terras, por meio de narrativas e representações da mulher negra como seres inferiores, hipersexualizados e objeto de recepção de prazeres alheios.

Essas perguntas e afirmações se associam às variadas falas em meios de comunicação veiculadas no Brasil, cuja referência de positividade é o “Norte Global”, é a Europa, são os Estados Unidos da América. E o continente africano, com mais de 50 países, “exposto como um legítimo fracasso de onde nada de bom pode vir”, (ANDRÈ, 2019).

Abrindo um parêntese, o fato, por exemplo, de não se saber, por parte de muitas/os brasileiras/os, que Argélia, Egito, dentre outros países, fazem parte do mesmo continente (Mãe África), deixa claro a tamanha pobreza intelectual de algumas e alguns, se não na sua maioria. Ou se fazem de mal-entendidos pois é mais cômodo estar nesse lugar de tal desconhecimento.

Nesses discursos, quando dirigem a mim, vejo que existem coisas mal resolvidas para as brasileiras e brasileiros, como por exemplo as independências mal adquiridas, demonstrado claramente em suas crises identitárias que negaram e renegaram a existência positiva da África, enquanto continente, no povo brasileiro. Povo este que faz parte de suas entranhas e sangue. Ao encontrarmos, em instituições públicas, de um estado laico e ao mesmo tempo plurirreligioso, uma cruz de cristo como única referência e aceitação religiosa. Ao nos depararmos

⁶ Shows de aberrações

com institucionalização e sistematização dos Direitos trabalhistas, em 1930, na era Vargas, (BIAVASCHI, 2005), e se temos o direito das trabalhadoras domésticas tendo sido reconhecido apenas com a Lei Complementar nº 150, de junho de 2015⁷, fazendo com que percebamos que a abolição da escravatura não foi em 1888, mas com os direitos da empregada domésticas garantidos. O que aparente se mostra. O estar a viver num país que vive mergulhado no “mito da democracia racial”⁸, ao ponto de encontrar algumas e alguns dizendo: eu não sou racista, até tenho amigas e amigos negros. Apenas para citar, pois sei que as/os próprias/os brasileiras/os sabem do que me refiro e talvez reflitam sobre.

Talvez não saibam e muito menos sintam o que passamos enquanto pessoas que descobrimos que temos cor, quando atravessado o atlântico. Não sintam, pois nunca viram sua filha ser perseguida e proibida de brincar no prédio que morava, porque ela deveria ir brincar no país dela. Essa experiência vivenciamos quando num dos finais de semana, enquanto eu seguia com algumas atividades, dentro de casa, minha filha desceu para brincar no pátio do prédio, junto com outras crianças brasileiras e brancas.

No meio da brincadeira, eis que apareceram três senhoras do prédio a enxotá-la para que saísse daquele espaço comum para todas/os moradoras/es. Como ela foi ensinada a (r)existir em todas as esferas que se fizer presente, dirigiu-se às senhoras e perguntou: onde eu devo brincar se sou moradora deste prédio, igual as demais crianças e minha mãe paga condomínio? As senhoras se limitavam a dizer: sai daqui sua peste, vá brincar em seu país, saia sua pirralha. Essas palavras eram acompanhadas de perseguição enquanto ela corria no pátio.

As senhoras, que não conseguiam alcançar a velocidade de uma criança tiraram suas sandálias e se levantaram contra ela. A menina gritou pela mãe, desci para saber o que se estava passando e por que ela não poderia brincar naquele espaço. Nesse mesmo instante, também recebia palavras de baixo calão, de que deveríamos sair daquele espaço e que voltássemos para o lugar de onde não deveríamos ter saído. Segundo elas, lugar da “macumba”⁹, de macacos, de animais.

⁷ https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/sancionada-lei-que-regulamenta-direitos-do-trabalhador-domestico

⁸ <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/noticias/noticias-em-acervo/2010/10/20-10-2010-estatuto-da-igualdade-racial-entra-em-vigor-em-todo-o-pais>

⁹ Demonstraram ignorância por associarem macumba a feitiçarias, pois macumba é um instrumento musical

Enfim, desde que pisamos neste solo, não muito gentil, como narrado pela jornalista Géssica, da *RadioWeb*, fomos confrontados com discursos (verbais e não verbais) de que nossos corpos não pertencem a estas terras. De que não somos “atlânticas”. Lembraram-nos e lembram-nos a todo instante que não somos de cá, somos de lá. Do outro lado das águas.

Nos discursos, que parecem serem curiosidade, não são apenas curiosidade. São, também, negação e exclusão. São marcação de território de fantasias colonizadas e colonizadoras. São questionamentos e olhares que controlam o Outro corpo diferente, marcado pela melanina e sotaques não brasileiros ou abrasileirados. Com sotaques de lá. Sotaques estranhos porque não são do inglês, francês, alemão, espanhol, italiano. São de outros espaços desconhecidos e por isso negados e renegados. Ou que se fazem de negá-los e renegá-los.

Ao caminhar pelas ruas com uma moçambicana, cujas raízes são portuguesas, esta não é confrontada com tais perguntas. Mesmo quando ela pronuncia as palavras com o sotaque característico de Portugal, as/os curiosos se limitam a contemplá-la e a quererem estar mais com ela para aprender a cultura daquela parcela do planeta. Esta atitude ratifica o que o sociólogo Carlos Martins disse:

A noção de que o Brasil é um país hospitaleiro, onde todos são bem-vindos não passa de um mito.

[...]a tolerância para o estrangeiro é seletiva. O tempo todo o brasileiro se refere a Europa. O atendimento que a Europa e o europeu recebe é um atendimento paternalista. Precisamos ter muito cuidado com esses sujeitos. O brasileiro se desdobra para dar um bom atendimento ao sujeito europeu, pois aprendeu que ele é um sujeito positivado, bom, que inspira confiança (AGÊNCIA RÁDIOWEB, 2017).

O sujeito de pele com mais melanina cabe recolher olhares de desprezos, de pena, pois daquele continente “nada de bom pode vir” (ANDRÉ, 2019). Estar com o brasileiro para apenas contar histórias exóticas, falar dos animais da selva, da vida na idade da pedra, como se o continente ou meu país tivesse parado no tempo e no espaço. Mesmo com essas peripécias que a vida nos proporcionou, nestas outras terras, as nossas cabeças jamais baixaram, uma vez que as nossas coroas poderiam cair.

Não deixaria de narrar alguns aniversários de crianças em que minha filha era convidada. Colegas/amigas brancas a convidavam uma negra,

africana/moçambicana. Como nos pareceu, é comum, se não uma ordem capitalista, em um aniversário, o mais importante não é a presença das/os convidadas/os. Eis que saíamos a procura do “tal” presente. Olhávamos para um lado, para o outro. Entrávamos em uma loja, em outra e saíamos com uma boneca negra. Isso depois de muitas voltas, pois é difícil se ter uma boneca negra na mesma quantidade que temos as brancas.

Lá seguimos para os aniversários. Pacote embrulhado. A aniversariante vem ao nosso encontro e nos recebe. Abre o pacote. *Opah!* É uma boneca preta/negra. Nenhuma palavra, mas os gestos e olhares, ao se deparar com o presente que recebera era de rejeição e talvez se perguntavam: não tinha outra coisa para trazer? Eu e minha filha nos olhamos, sorrimos, nos abraçamos para dizermos: missão cumprida. A mensagem chegou. Se foi bem recebida ou não, não mais nos importa. Cumprimos com o dever capitalista e educacional. De que nossas existências também existam.

Ao se fazer nas casas das colegas, em festas, era a única de cabelo trançado ou com um *black power* à moda moçambicana ou com um lenço colorido entre os cabelos. As meninas olhavam para ela e diziam: nossa, seu cabelo está ruim. A minha filha olhava para ela e com os gestos que aprendera do personagem Ferdinando, da *Sitcom*¹⁰ brasileira Vai que Cola, interpretado por Marcus Majella, ela fazia uma conchinha com as palmas das mãos e em silêncio fixava o olhar para a pessoa que dissera que o cabelo dela era ruim. Esta, sentindo-se intimidada perguntava: que é isso que está fazendo? Respondia: estou guardando sua inveja e mágoas. O dia que precisar devolvo

Quando as pessoas levavam suas mãos para alisar a cabeça da “moçambicaninha”, demonstrando claramente a negação do “crespo” dela, esta desviava a cabeça. Foi ensinada que, para nós das várias Áfricas, a cabeça é um espaço receptor de energias sagradas e não é qualquer pessoa que deve tocá-la. Deve ser uma pessoa autorizada para que toque nossas cabeças, como por exemplo para fazermos nossas tranças. O tocar a cabeça de uma pessoa, sem permissão desta, é invadir o corpo de outra pessoa que carrega suas ancestralidades. Ou seja, “ser tocada [...]”, é uma experiência de invasão, uma violação” (QUILOMBA, 2008, p.121).

¹⁰ Abreviatura da expressão inglesa *situation comedy*, ou seja, comédia de situação.

A estas provocações e muitas outras que ela (minha filha) vivenciava, sempre teve umas respostas e posturas inspiradas no Ferdinando, que a fazia desviar das invejas, a guardar as mágoas para que, no dia que as/os donos precisassem, devolvesse. Ou em uma das vezes que uma menina estava falando não muito bem das negras, ela se abaixou como se fosse pegar alguma coisa caída no chão, “pegou” e fez o gesto de devolução para a pessoa que falara. A menina perguntou para ela que era o que ela havia apanhado do chão e dado para ela. Ela disse: “sua dignidade que estava indo para o ralo” (PERSONAGEM FERDINANDO, VAI QUE COLA).

Em sala de aula, uma das professoras que talvez tenha se equivocado em uma das matérias sobre a África, ele interveio, com um tom de segurança para a professora, dizendo que não deveria ser daquela forma a abordagem do assunto em causa. Em uma turma em que era a única negra/africana/moçambicana, a professora quis retorquir, e ela defendeu-se dizendo: Eu sou africana legítima, professora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um país embranquecido, como é o Brasil, o tamanho da contradição que encontramos nas narrativas discursivas das/os sujeitas/os destas terras é continental, que se iguala ao tamanho do seu território, permitindo que a distância entre a casa grande e a senzala tenha quilometragem enorme e o abismo cada vez mais profundo entre elas, em pleno sec. XXI. Isto posto, quero, com estes apontamentos, me valer do privilégio de ter passado pelo ensino superior, e ter chegado ao mais alto título acadêmico, e tentar visibilizar as vozes que se encontram abafadas pela condição de seus corpos do não Norte Global. Não estou aqui para levantar a voz delas, pois essas sujeitas e esses sujeitos têm voz. Mas, com elas e eles, fazer com que nossa (r)existência seja vista como protagonista de histórias marginalizadas.

Os corpos tatuados de suas ancestralidades, com cor, religiosidade, historicidade, territorialidade diferentes do Norte Global são negados diariamente de suas existências, a ponto de termos um rapaz que precisou ir ao *Shopping* para trocar o relógio que comprara de presente para seu pai, *Shopping* este que ele sempre trabalhou como entregador, mas mesmo assim fora violentado e tratado

como não ser humano. A ponto de termos mães, chefes de família negadas de suas maternalidades. A ponto de termos os terreiros de Candomblé e Umbanda destruídos por uma gama de seres que se acham no direito de negarem outros diferentes deles. A ponto de escolher quais corpos merecem transitar neste e naquele espaço. A ponto de nos perguntarem: “De onde vocês são? De onde você é?”

Sabemos que não somos de cá. Sabemos que viemos de outras águas e nos misturamos a estas de outros ventos, cores, texturas e temperaturas. (R)existimos. Cabe-nos dizer que não fomos nós que inventamos essas categorias de negação da/o outra/o. Não devemos procurar saber de onde viemos, onde estamos e para onde estamos caminhando, mas reafirmar que: “Não sou prisioneiro da História contada por quem se acha no direito de falar de mim, mesmo sem permissão ou mesmo com muitos equívocos. Não devo procurar nela o sentido do meu destino”, mas “Devo me lembrar, a todo instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir a invenção na existência” (FANON, 2008, p. 189).

Cabe-nos, ainda, encontrar outras formas de (r)existência e falarmos para nós mesmas que nos resta é desatarmos as amarras e os rótulos que nos são colocados por não sermos de cá. Por termos cabelo “diferente”. Por sermos pessoas de cor. Talvez por termos bundas grandes. Por sermos libertárias e pós-libertárias, na medida em que nos querem aprisionar pelas categorias de inferiorização por elas/es colocados. Salientar que entendo diferente, neste aspecto, em relação àquela que acha “que têm direito de se definir como “normal””, (QILOMBA, p. 121, 2019).

Compete também, falar para milhares de meninas negras e meninos negros que eles podem ser modelos, que suas ancestralidades aplaudirão, pois são filhas e filhos de Reis e Rainhas como Acivaanjila, Nzinga, Okinka Pampa, como Dandara, Acotirene, Como Zumbi, Abidias, Martin Luter King. Sim elas e eles são.

Cabe-me dizer que não tenham medo de comprar bonecas negras e de ganharem bonecas negras. Que vejam suas ancestralidades em livros, em Projetos Políticos Pedagógicos durante todo calendário escolar. Que suas histórias não sejam uma pincelada para lembrar o dia da Consciência Negra, 20 de novembro, que por sinal é uma data importantíssima, mas todos os dias, nas ações escolares, junto com a comunidade escolar. Que brancas/os e negras/os se deem as mãos e que possam contar as histórias usando as lentes não do “Norte Global”.

Mesmo levando a vida como quem um dia deixará estas terras, de volta a suas origens e ancestralidades, ou mesmo dizer que as/os próprias/os brasileiras/os resolverão suas diferenças, vale ressaltar que é preciso pensarmos de uma forma global as questões que nos afetam. Aqui ou lá, que possamos modificar as estruturas impostas para as mulheres e os homens negras/os, por um sistema de negação desses corpos que gritam a todo instante o Direito à vida, à Saúde, à Educação, o Direito de Ir e Vir. Ir não apenas com a certeza de que saiu de casa. Mas que também voltará em segurança, sem que seja abordada/o como corpo que inspira desconfiança e que mereça ser estrangulada/o ou barrada/o. Que se efetive o Direito à permanência de negras, negros e indígenas e demais “minorias” nas universidades. Que saibamos levantar a voz para um “não” a toda forma estrutural da negação desses corpos. Que barbárie não exista jamais (ADORNO, 2010).

Mediante esses depoimentos, que só são alguns exemplos do que vivemos, não quero dizer que apenas fui apedrejada. Preciso frisar que também fui/sou acarinhada, reconhecida, aplaudida e respeitada. Famílias que se tornaram nossas famílias. Não citarei nomes, sob pena de esquecer alguns deles que foram importantíssimos para nosso fortalecimento e permanência nestas terras de Zumbi e Tia Marcelina. Nomes que mesmo tendo se mostrado abertos a estar com o Outro diferente, são sujeitos e sujeitas mergulhadas/os dentro de um sistema que podem se valer dessa aproximação para dizerem que não são racistas por terem amigas negras, estrangeiras da África. Esse lugar de fala pode vir a ser perigoso, ou minado por discursos também de negação. E se não tivessem amigas negras, estrangeiras africanas? Fica a pergunta no ar.

Assim sendo, é importante que sublinhemos, mais uma vez, a necessidades de as mídias brasileiras darem um pouco de atenção ao Continente africano e seu povo, nativos e descendentes, os de lá e os de cá, afro-diaspóricas/os, não tanto nas coisas ruins, as quais quando acontecem tomam um eco imediato, mas mais nas coisas boas, que são inúmeras e ocorrem todos os dias. Seria um grande serviço que prestariam ao aumento da autoestima de todos os afro-brasileiros, cujas raízes, o seu cordão umbilical, cujos seus primeiros cabelos cortados após o nascimento, encontram-se enterradas na África, o berço da Humanidade, (ANDRÈ, 2019).

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Sónia. **Unyago na educação da menina/mulher entre o povo Yaawo, da Província do Niassa/Moçambique**. 163 folhas, Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – PPGE/UFA Maceió, 2019.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas**. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. Universidade Estadual de Campinas, 2005.
<https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2005.369804>

COSTA, Jéssica. Imigrantes africanos enfrentam discriminação na terra de Zumbi. Entrevista disponibilizada via Internet. Disponível em: <https://goo.gl/6iRgfU> (Entrevista concedida a Agência Radioweb, por Carlos Martins).

FANON, Frantz. **Pele negra, máscara branca**. 1ª Edição. Salvador: EDUFBA, 2008.

PARKINSON, Justin. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. 2016, BBC News Magazine. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_l_ab

QUILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: José Oliveira. 1ª Edição. Rio de Janeiro: COBOGÓ, 2019.

THEODOR, Adorno W. **Educação e emancipação**. 1ª Edição. SP: PAZ E TERRA, 2010.